



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria Administrativa

À Comissão Permanente de Licitação - COMISPL,

Considerando o documento apresentado pela empresa ENGEWALL Construções, no indexador 17964257, referente a Concorrência Pública nº 002/2021, encaminho o presente para fins de análise e manifestação.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2021

Grazielle Alves Ramalho
Diretora Administrativa/FAETEC
ID: 5115549-4



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Alves Ramalho, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 09/06/2021, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17964257** e o código CRC **5E619A9F**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002169/2021

SEI nº 17964257

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4044 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

CI FAETEC/COMISPL SEI Nº7

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021

Para: Diretoria de Apoio Operacional

De: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Análise Qualificação Técnica C.P002/2021

Prezado,

Considerando os argumentos expostos no recurso apresentado no indexador 17915313, solicitamos análise dos documentos apresentados pelas empresas participantes e impugnadas nas razões recursais, todas da Concorrência Pública Nº 002/2021, promovida por esta FAETEC, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC / Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, dividida em 4 LOTES, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo III) e Proposta Detalhe (Anexo I) e **demais anexos fundamentado no processo SEI-260005/000037/2021**, de forma a apurar se as empresas participantes preencheram plenamente os requisitos de habilitação técnica, conforme previsto no item 6.6 do Edital Convocatório, quais sejam:

6.6 Qualificação técnica

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

a.1) Caso o licitante seja sediado ou domiciliado em outro estado, será necessário o visto do CREA/RJ e/ou CAU/RJ apenas no momento da contratação e não da licitação.

b) apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (quando for o caso), que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;

c) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou **profissionais de nível superior, abaixo relacionados**, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA e/ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR

(obrigatório)
Engenheiro Civil e/ou Arquiteto
E
ENGEHEIRO ELETRICISTA

c.1 A comprovação de que os detentores dos referidos Atestados de Responsabilidade Técnica são vinculados à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua ficha) de registro de empregado, das Certidões de Registro do CREA e/ou CAU, dos contratos particulares de prestação de serviços, dos contratos de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e os profissionais qualificados, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

d) Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante servirá de documento hábil a comprovação do vínculo.

e) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas;

f) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;

g) comprovação, feita por meio da apresentação, em original do atestado de visita fornecido e assinado pelo servidor responsável, de que o responsável técnico, ou empregado da licitante com habilitação técnica e devidamente indicado para tal fim, visitou o local da prestação do serviço e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, de acordo com o Anexo IX

g.1) É facultado ao licitante comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

g.2) O licitante, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar **munido de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria**, devendo o representante legal do licitante assiná-lo, reconhecendo firma, e solicitar a assinatura do servidor do órgão licitante responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

g.3) A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, **mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolver não vistoriar os locais** onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração do licitante no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução. Essa **Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual** deverá ser elaborada de acordo com o Anexo X, devendo o representante legal da licitante **assiná-lo, reconhecendo firma**, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

g.4) O **agendamento** para a visita física para realização da vistoria técnica, poderá ser feito através de contato com a **Diretoria Operacional - DAOP**, por meio do telefone (21) 2332-4068, em dias úteis nos horários de 9h às 12h e de 14h às 17h, ou por **e-mail: daop@faetec.rj.gov.br**, **até 02 (dois) dias antecedentes a realização da licitação**. As visitas físicas para a realização de vistoria técnica deverão ser agendadas pelo órgão da Administração, isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

h) Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da licitação, em conformidade com o quadro que constitui o **Anexo I**, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

i) Os atestados apresentados para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de cópia autenticada das respectivas certidões de registro no CREA e/ou CAU, relativas ao objeto atestado.

i.1) A aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação poderá ser demonstrado pela execução pretérita do objeto.

i.2) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante do objeto.

j) A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovação de dispor de veículo – alugado ou próprio - que atendam a demanda, com uma listagem dos veículos contendo; marca, placa e material a serem transportados,

j.1) Caso a licitante vencedora não possua os veículos na data de apresentação das documentações, após ser consagrada vencedora, obriga-se a apresentar impreterivelmente, na assinatura do contrato, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, bem como as SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS, dessa forma deverá entregar uma DECLARAÇÃO, com as documentações, assumindo tal compromisso.

j.2) Caso os veículos sejam alugados, a licitante deverá comprovar com o Contrato de Locação, ou outro documento que comprove seu aluguel;

j.3) Máxima utilização de 3 (três) anos de uso;

Ficamos no aguardo, com a maior brevidade possível, sobre a avaliação das empresas supramencionadas.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação/FAETEC



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Presidente de Comissão**, em 25/06/2021, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18740848** e o código CRC **69B014B9**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria de Apoio Operacional

À Comissão de Licitação,

Restituo o presente, as considerações pertinentes a esta Diretoria, do Recurso Administrativo interposto pela ENGE-WALL CONSTRUÇÕES LTDA, o qual solicita a inabilitação das empresas CRATER CONSTRUÇÕES LTDA., NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA.

No que se refere ao pleito da desconsideração da decisão anterior da habilitação técnica das empresas, NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA., esclarecemos que foi analisado conforme as exigências editalícias constantes no **EDITAL**, de acordo com o item 9.3 – Qualificação Técnica.

A empresa recorrente questiona quanto ao não atendimento aos itens de maior relevância mencionados no Projeto Básico, item 06 – DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA, esclarecemos que conforme determina o art. 30 da Lei 8.666/93, só foi exigido as Cláusulas constantes no **Edital**.

Cumpre mencionar que foram apresentados Atestados de Capacidade Técnica averbados pelo CREA e/ou CAU, aos profissionais indicados pelas empresas NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA, de acordo com alínea "c" do subitem 6.6.1 do Edital.

Sendo assim, resta claro, que as empresas NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA atenderam ao item 9.3 – Qualificação Técnica.

Face ao exposto, a empresa NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA. atende todos os requisitos de admissibilidade, mantendo-se habilitada no certame licitatório em comento.

Atenciosamente

Paulo Cesar Domingues
0559486-3
Diretor

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Monteiro Domingues, Diretor de Apoio Operacional**, em 25/06/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18774973** e o código CRC **3209E31B**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002169/2021

SEI nº 18774973

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Assjur com posterior remessa a Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, COM ADEQUAÇÕES E MODERNIZAÇÕES, QUANDO NECESSÁRIO, NAS UNIDADES DE ENSINO E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS SOB RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC / SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, DIVIDA EM 4 LOTES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III) E PROPOSTA DETALHE (ANEXO I).

PROCESSO: SEI-260005/000037/2021

RECORRENTE(S): ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA, CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA** é regular por atender o requisito do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, bem como tempestivo com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública 002/2021.

DA LEGITIMIDADE

A peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa, caracterizando a legitimidade.

DAS CONTRARRAZÕES

Esclareço que foram protocoladas contrarrazões pelas licitantes **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, através dos indexadores 18855908, 18855404 e 18855406 respectivamente.

Outrossim, considerando que as peças defensórias foram protocolizadas até 15/06/2021, estão tempestivas, com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública nº 002/2021.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela recorrente **ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA**, em face da Decisão desta comissão resultante do julgamento dos documentos de habilitação apresentados, cuja mesma foi comunicada na sessão do dia 28/05/2021.

Alega a recorrente, em suma, que a documentação apresentada pelas empresas **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2** não atendem as exigências do Edital.

Requer a inabilitação da empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA** em virtude de ter apresentado o contrato social sem a devida chancela, ou seja, nada que indique que o referido contrato esteja corretamente registrado junto a JUCERJA, bem como não apresentou a certidão do 2º ofício de registro e distribuição da comarca da capital, contrariando exigência do Edital.

Quanto à empresa **NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME**, Requer sua inabilitação em virtude da não comprovação das exigências de qualificação técnica.

Quanto à empresa **CONSTRUTORA RJL2**, Requer sua inabilitação, Requer sua inabilitação em virtude da não comprovação das exigências de qualificação técnica.

DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS

Em sede de contrarrazões, aduz a empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA** que o contrato social apresentado encontra-se devidamente registrado, bastando simples conferência junto a JUCERJA através do protocolo informado, bem como foram juntadas diversas certidões dos distribuidores de sua sede, testificando que a empresa não se encontra em situação de falência.

Quanto à empresa **CONSTRUTORA RJL2**, esta ressalta a necessidade da manutenção da Decisão desta Comissão, eis que todas as normas editalícias foram cumpridas.

Já a empresa **NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME**, aduz que a previsão editalícia é bastante clara ao requerer que a documentação comprobatória da capacidade técnica guarde similaridade com as características técnicas do objeto da presente licitação, uma vez que é vedada a exigência de atestados com objetos idênticos ao licitado.

Irresigna-se contra a habilitação das empresas **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS, CONSTRUTORA RJL2, WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO, ENGEWALL CONSTRUÇÕES e CRATER CONSTRUÇÕES LTDA**, aduzindo para tanto o que segue:

Quanto à habilitação da **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS**, alega que a empresa deixou de apresentar as declarações previstas nos itens 6.6.1-F e 6.6.1-C em conformidade com o instrumento convocatório.

Alega ainda que a empresa não cumpriu a exigência constante do item 5.1 do edital, uma vez que não atua no ramo de atividade compatível com o objeto do presente certame.

Por fim, alega o não atendimento do item 6.5.2-C do edital, eis que o documento apresentado não contém o índice de endividamento, requerendo sua inabilitação.

Quanto a habilitação da empresa **CONSTRUTORA RJL2**, alega a falta de apresentação dos documentos dos sócios, pois em breve análise, não foi encontrada a cédula de identidade da sócia **MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO**.

Destacou que a ausência de tal documento é causa de inabilitação em face do desatendimento ao edital, bem como descumprimento da legislação que estabelece princípios conforme disposições do art. 3º da lei 8.666/93.

Alega ainda que a empresa deixou de apresentar a declaração prevista no item 6.6.1-F em conformidade com o instrumento convocatório, vez que não apresentou o engenheiro civil **SIDNEI KAIZER DE OLIVEIRA** na declaração referenciada, mesmo sendo apresentada a documentação técnica relativa a este profissional.

Quanto às empresas **WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO e ENGEWALL CONSTRUÇÕES**, Alega que ambas deixaram de apresentar a declaração prevista no item 6.6.1-F em conformidade com o instrumento convocatório.

Quanto à empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA**, alega que as declarações apresentadas para atendimento dos itens 6.6.1-F e 6.6.1-H encontram-se em desacordo com as exigências do edital.

DA ANÁLISE DO RECURSO E DAS CONTRARRAZÕES

Após reexame baseado nas alegações da recorrente e das contrarrazoantes, expostas nas peças apresentadas, a comissão passa a análise de fato destas frente à documentação contida nos documentos de habilitação, concluído que a referida análise foi realizada em conformidade com as normas basilares da licitação, bem como nas disposições insertas no edital da Concorrência Pública 002/2021.

A empresa **ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA**, recorrente, alega em seu recurso administrativo que as empresas **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2** teriam descumprido

disposições editais, conforme acima citadas.

No entanto, as alegações da recorrente merecem prosperar, ao menos em parte, conforme de expõe:

Quanto à habilitação da empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA:**

Não merece prosperar a alegação de falta de registro do contrato social junto a JUCERJA, em consulta ao sítio da JUCERJA esta comissão constatou o referido registro, bem como a autenticidade do documento apresentado.

Quanto à certidão do 2º ofício de Registro e Distribuição da comarca da capital, em uma nova análise, foi verificada a juntada de certidão do 2º ofício de registro de interdições e tutelas, e não aquela exigida no item 6.5.1 do edital convocatório.

Em sede de contrarrazões, a empresa apresenta a referida certidão faltante no envelope dos documentos de habilitação.

Entretanto, é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme normas e disposições legais e editais.

Quanto às alegações da contrarrazoante, passaremos a análise:

Do não cumprimento ao item 6.6.1-F do edital:

Ao contrário do alegado, consta a indicação de responsáveis técnicos por meio da declaração exigida no item em comento, não merecem prosperar tais alegações.

Do não cumprimento ao item 6.6.1-F do edital:

Ao contrário do alegado, consta prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico por meio da declaração exigida no item em comento, não merecem prosperar tais alegações.

Neste sentido, não nos resta alternativa se não declarar inabilitada a empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA.**

Quanto à habilitação da empresa **NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME:**

Não merecem prosperar as alegações da recorrente, em nova análise aos documentos apresentados, foi constatada a conformidade com as exigências do edital.

A empresa recorrente questiona quanto ao não atendimento aos itens de maior relevância mencionados no Projeto Básico, “item 06 – DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA”, esclarecemos que só foram exigidas as Cláusulas constantes no **Edital convocatório**.

Cumprir mencionar que foram apresentados Atestados de Capacidade Técnica, averbados, aos profissionais indicados, de acordo com alínea "c" do subitem 6.6.1 do Edital.

Sendo assim, resta claro o atendimento das exigências constantes do Edital, em especial a qualificação técnica.

Quanto à habilitação da empresa **CONSTRUTORA RJL2**:

A empresa recorrente questiona quanto ao não atendimento aos itens de maior relevância mencionados no Projeto Básico, “item 06 – DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA”, esclarecemos que só foram exigidas as Cláusulas constantes no **Edital convocatório**.

Cumprir mencionar que foram apresentados Atestados de Capacidade Técnica, averbados, aos profissionais indicados, de acordo com alínea "c" do subitem 6.6.1 do Edital.

Sendo assim, resta claro o atendimento das exigências constantes do Edital, em especial a qualificação técnica.

Quanto às alegações da contrarrazoante, passaremos a análise:

Do não cumprimento ao item 6.6.1-F do edital:

Ao contrário do alegado, consta a indicação do profissional SIDNEI KAIZER de OLIVEIRA como responsável técnico, na especialidade Engenheiro Civil, não merecem prosperar tais alegações.

Do não cumprimento ao item 6.3.1 “a” do edital:

Em uma nova análise aos documentos apresentados, foi evidenciada a não apresentação de documento de identificação de um dos sócios.

Merece destaque o item 6.3 do edital, que assim dispõe:

6.3. Da Habilitação Jurídica

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

Sobre a legislação pátria que rege o tema, colacionamos o art. 28 da Lei 8.666/93 que assim dispõe:

Art. 28. A documentação relativa a habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
I – cédula de identidade;]

Neste sentido, considerando o não atendimento das exigências editalícias, bem como norma legal vigente, não nos resta alternativa se não declarar inabilitada a empresa **CONSTRUTORA RJL2**.

Quanto à habilitação da empresa **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS**:

Do não cumprimento ao item 6.6.1-F do edital:

Em uma nova análise aos documentos apresentados, foi evidenciado o não atendimento das exigências constantes do Edital, se não vejamos.

6.6 Da Qualificação técnica

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

c) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior, abaixo relacionados, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA e/ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR
(obrigatório)

Engenheiro Civil e/ou Arquiteto

E

ENGEHEIRO ELETRICISTA

f) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;

Dos documentos apresentados pela empresa **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS** verifica-se a apresentação de atestados de capacidade técnica em nome de Wilson Manuel da Cruz Filho na especialidade de Engenheiro Civil, e Leandro Bispo da Silva na especialidade Engenheiro Eletricista.

Da declaração apresentada para cumprimento da exigência aqui em comento, pode-se extrair que houve apenas a indicação do responsável técnico na especialidade Engenheiro Civil, deixando de apontar o responsável técnico na especialidade Engenheiro Eletricista.

Neste sentido, considerando o não atendimento das exigências editalícias, bem como norma legal vigente, não nos resta alternativa se não declarar inabilitada a empresa **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS**.

Quanto à habilitação das empresas **WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO e ENGEWALL CONSTRUÇÕES**:

Do não cumprimento ao item 6.6.1-F do edital:

Ao contrário do alegado, constam de ambas as empresas impugnadas a indicação de

responsáveis técnicos por meio da declaração exigida no item em comento, não merecem prosperar tais alegações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A licitação tem como objetivo final interesse público, devendo este ser preservado, e tendo como limite o princípio da razoabilidade, legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Oportuno destacar o que nos ensina Celso Antônio Bandeira de Mello em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, Malheiros, 2002, 14ª ed., p.91-93. Vejamos:

Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricão, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida.

Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis as condutas desarrazoadas e bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricão manejada.

Com efeito, o fato de a lei conferir ao administrador certa liberdade (margem de discricão) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu libito, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos, e muito menos significa, muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de Direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada. Em outras palavras: ninguém poderia aceitar como critério exegético de uma lei que esta sufrague as providências insensatas que o administrador queira tomar; é dizer, que avalize previamente as condutas desarrazoadas, pois isto corresponderia irrogar dislates à própria regra de Direito.

(...)

Fácil é ver-se, pois, que o princípio da razoabilidade fundamenta-se nos mesmos preceitos que arrimam constitucionalmente os princípios da legalidade (arts. 5º, II, 37 e 84) e da finalidade (os mesmos e mais o art. 5º, LXIX, nos termos já apontados).

Por conseguinte, deve ser respeitado o Princípio da Vinculação ao instrumento Convocatório, devidamente previsto no art. 41 da Lei nº 8.666/93 e art. 3º, in verbis:

“art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Pelo exposto, infere-se que os argumentos trazidos pela recorrente e contrarrazoantes em suas peças, submetidos ao crivo desta comissão Permanente de Licitação, mostraram-se suficientes para comprovar a necessidade, pelo menos em parte, da decisão anteriormente proferida.

DECISÃO

Isto posto, sem nada mais evocar, conhecemos do recurso interposto para:

I – Manter a Decisão de Habilitação das empresas **NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME, WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO e ENGEWALL CONSTRUÇÕES.**

II – Inabilitar as empresas **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA RJL2 e AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS.**

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, **JOÃO DE MELO CARRILHO** para análise e decisão.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Presidente de Comissão**, em 28/06/2021, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18897434** e o código CRC **BB1B2C60**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002169/2021

SEI nº 18897434

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4126 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
ASSJUR

PARECER Nº 111/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO Nº SEI-260005/002169/2021
INTERESSADO: COMISPL E PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Impugnação a habilitação referente a Concorrência 002/2021

E M E N T A : Análise de Impugnação da Concorrência Pública 002/2021. Comissão opina pelo acolhimento parcial das razões do recorrente. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA**, cuja impugnação tem como pedido a desclassificação e inabilitação das empresas, ora citadas:

- a) CRATER CONSTRUÇÕES LTDA - Contrato social sem estar devidamente registrado
- b) NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME - falta habilitação técnica
- c) CONSTRUTORA RJL2 - falta habilitação técnica, os profissionais não atendem ao edital

Foram apresentadas contrarrazões pelas empresas, ora destacadas:

i) CRATER CONSTRUÇÕES LTDA - O seu contrato social está registrado na Jucerja, na digitalização faltou a parte inferior do documento, contudo o protocolo estava presente, sendo possível verificar então o seu registro.

ii) NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME - alega que o atestado de capacidade técnica traz similitude com o objeto da licitação. O acervo técnico registrado no Crea é do profissional, logo corresponde aos engenheiros indicados. Alega ainda, que a empresa AGABO não cumpriu o item 6.6.1.f, 6.6.1.c, 5.1 e 6.5.2.c do edital; que a empresa RJL2 não cumpriu o item 6.3.1 e 6.6.1.f do edital; WL Engenharia e a ENGEWALL não cumpriram o item 6.6.1.f do edital; e que a CRATER não cumpriu o item 6.6.1.f e 6.6.1.h do edital

iii) CONSTRUTORA RJL2 - comprova a sua qualificação técnica

O setor técnico da FAETEC, qual seja, Diretoria de Apoio Operacional se manifestou no doc. 18774973, no seguinte sentido: " Sendo assim, resta claro, que as empresas NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA atenderam ao item 9.3 – Qualificação Técnica. Face ao exposto, a empresa NOLASCO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA e RJL2 LTDA. atende todos os requisitos de admissibilidade, mantendo-se habilitada no certame licitatório em comento."

Retornam os autos após manifestação da Comissão de Licitação, que inicialmente acusou a

tempestividade tanto da impugnação quanto das contrarrazões. No mérito reviu em parte a decisão no sentido de que:

"Isto posto, sem nada mais evocar, conhecemos do recurso interposto para:

I – Manter a Decisão de Habilitação das empresas **NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME, WL ENGENHARIA PLANEJAMENTO e ENGEWALL CONSTRUÇÕES.**

II – Inabilitar as empresas **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA RJL2 e AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS.**

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão.

Diante do exposto, concluo que as razões de recorrer apresentadas não se mostram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada."

Este é o relatório. Passemos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, a Administração visa justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in "Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição" - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

"Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)"

A) Inabilitação da Empresa CRATER

Conforme informado pela Comissão de Licitação no doc. 18897434 como ora transcrito:

"Quanto à habilitação da empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA:**

Não merece prosperar a alegação de falta de registro do contrato social junto a JUCERJA, em consulta ao sítio da JUCERJA esta comissão constatou o referido registro, bem como a autenticidade do documento apresentado.

Quanto à certidão do 2º ofício de Registro e Distribuição da comarca da capital, em uma nova análise, foi verificada a juntada de certidão do 2º ofício de registro de interdições e tutelas, e não aquela exigida no item 6.5.1 do edital convocatório.

Em sede de contrarrazões, a empresa apresenta a referida certidão faltante no envelope dos documentos de habilitação.

Entretanto, é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme normas e disposições legais e editalícias.

No caso em questão, como se verifica tanto pelo edital como pela Lei, e pela declaração da Comissão a empresa apresentou a posteriore documento essencial, com base no princípio da autotutela administrativa, o licitante verificou o equívoco e corrigiu, posto que existe vedação expressa quanto a inclusão de novo documento no art. 43 da Lei 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

Desta sorte, apesar da informação da falta de averbação do contrato Social na JUCERJA e dos demais pontos apontados não prosperar, a empresa foi inabilitada por ter sido verificado a ausência de documento essencial, como transcrito anteriormente.

B) Inabilitação da empresa RJJ2

Nesse ponto, verifica-se novamente que face aos argumentos apresentados o licitante verificou um erro na documentação apresentada, sendo assim, com base na autotutela administrativa, verificou que não foi apresentado documento necessário conforme o item 6.3 do edital e o art.28 da Lei 8666/93.

Em uma nova análise aos documentos apresentados, foi evidenciada a não apresentação de documento de identificação de um dos sócios.

Merece destaque o item 6.3 do edital, que assim dispõe:

6.3. Da Habilitação Jurídica

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

Sobre a legislação pátria que rege o tema, colacionamos o art. 28 da Lei 8.666/93 que assim dispõe:

Art. 28. A documentação relativa a habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I – cédula de identidade;]

Neste sentido, considerando o não atendimento das exigências editalícias, bem como norma legal vigente, não nos resta alternativa se não declarar inabilitada a empresa **CONSTRUTORA RJJ2.**

C) Inabilitação da empresa AGABO

O artigo 30 da Lei 8666/93 trata da qualificação técnica exigida nos procedimentos licitatórios.

Vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

De acordo com o dispositivo transcrito, é facultado ao órgão licitante exigir a comprovação de aptidão dos profissionais que atuarão, bem como atestados de capacidade técnica de acordo com as necessidades do órgão e sua associação com o objeto. No presente caso, foi justificado pelo órgão técnico a necessidade dos quesitos. Ademais, cabe citar a Súmula 260 do TCU, que defende o dever do gestor em exigir a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica.

Assim, por se tratar de item que se insere na esfera de discricionariedade do administrador, esta assessoria entende que não cabe se pronunciar sobre ele. Em tempo, ressaltamos que é vedada pela legislação a exigência de cunho restritivo, que não seja estritamente necessária à execução do objeto licitado.

Contudo ressaltamos, que a Comissão em sua manifestação, nesse ponto específico, ressalta que a documentação adequada não foi anexada ao processo, não devendo prosperar o alegado.

"Dos documentos apresentados pela empresa **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS** verifica-se a apresentação de atestados de capacidade técnica em nome de Wilson Manuel da Cruz Filho na especialidade de Engenheiro Civil, e Leandro Bispo da Silva na especialidade Engenheiro Eletricista.

Da declaração apresentada para cumprimento da exigência aqui em comento, pode-se extrair que houve apenas a indicação do responsável técnico na especialidade Engenheiro Civil, deixando de apontar o responsável técnico na especialidade Engenheiro Eletricista.

Neste sentido, considerando o não atendimento das exigências editalícias, bem como norma legal vigente, não nos resta alternativa se não declarar inabilitada a empresa **AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS**."

D) Manutenção da habilitação da Nolasco, WI Engenharia Planejamento e Engewall Construções:

Como se verifica pela informação apresentada pela Comissão nesse ponto, é no sentido de que os argumentos não devem prosperar, posto que no caso:

- da Nolasco "Cumpra mencionar que foram apresentados Atestados de Capacidade Técnica, averbados, aos profissionais indicados, de acordo com alínea "c" do subitem 6.6.1 do Edital."

- e das demais "Ao contrário do alegado, constam de ambas as empresas impugnadas a indicação de responsáveis técnicos por meio da declaração exigida no item em comento, não merecem prosperar tais alegações."

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste pronunciamento, tendo em vista o bem lançado pronunciamento Comissão de Licitação, nos coadunamos com a posição desse setor, cabendo ressaltar, por fim, que a **Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame**, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Marçal Justen Filho, op. cit., p. 424, ministra no mesmo sentido:

“Se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação dos documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. **Obviamente, não será delegada aos terceiros a competência decisória.** Esses terceiros fornecerão pareceres técnicos, para orientar e fundamentar a decisão. **A Comissão poderá, inclusive, discordar das conclusões dos pareceres técnicos**”.

(Grifo nosso)

Assim, esta Assessoria opina no sentido de acolhimento parcial das razões aduzidas na impugnação interposta, dando-se prosseguimento ao feito.

PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ Nº 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 28/06/2021, às 23:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18908322** e o código CRC **B74D3851**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão Permanente de Licitação- COMISPL,

Tendo em vista o exposto no despacho da COMISPL, indexador nº 18897434, e no Parecer 111, da d. FAETEC/ASSJUR, indexador nº 18908322, acompanho o entendimento de ambos no sentido do **acolhimento parcial** dos recursos apresentados.

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 29/06/2021, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18914174** e o código CRC **5F5A1909**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002169/2021

SEI nº 18914174

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br